



GT 20. Big data e thick data: pensando o lugar da antropologia digital

Coordenador(es):

Débora Krischke Leitão (UQAM - Université du Québec à Montréal)

Laura Graziela F. de F. Gomes (UFF - Universidade Federal Fluminense)

Sessão 1

Debatedor/a: Raíra Bohrer dos Santos (UFF - Universidade Federal Fluminense)

Sessão 2

Debatedor/a: Jair de Souza Ramos (UFF - Universidade Federal Fluminense)

Sessão 3

Debatedor/a: Eliane Tânia Martins de Freitas (UFRN)

Nos últimos anos, eventos políticos importantes foram concebidos e produzidos utilizando a mineração e análise de dados nas redes e motores de busca. Dados estes, pertencentes a milhões de usuários que tiveram suas informações vasculhadas, roubadas e utilizadas através de metodologias específicas por governos, partidos políticos, think tanks e empresas privadas. Para além das crises políticas e éticas desencadeadas, a euforia em torno dos “big data” reforçou a idéia implícita de que essas metodologias de pesquisa e análises utilizadas não deixariam mais lugar para outras abordagens qualitativas. Debates em torno dos “thick data” surgiram como reação a essa perspectiva, propondo que abordagens mais etnográficas das plataformas digitais são necessárias para dar conta de uma cultura digital diversificada, ao mesmo tempo global/local, incorporando a dimensão das emoções, da experiência e do significado. O presente GT tem interesse especial em reunir pesquisas etnográficas sobre diferentes modos e estilos de envolvimento com as plataformas digitais enfatizando a produção de subjetividades e exercícios imaginativos de experimentação nos cruzamentos e hibridizações com a tecnologia. As plataformas digitais divergem entre si quanto aos modos de uso e de relacionamento - participação, interação, engajamento, conexão, presença, envolvimento, imersão, incorporação -, ao mesmo tempo em que tornam a rede heterogênea, criando obstáculos às generalizações e reduções.

Laboratório de Robôs - como seguir cientistas de dados ? Possíveis aplicações da teoria ator-rede para a pesquisa antropológica do campo algorítmico.

Autoria: Oscar Arruda d'Alva (IBGE)

Há certo consenso de que a década de 1970 marca o início de um processo de desrealização do Estado do Bem Estar Social e de ascensão do modelo neoliberal de Estado e sociedade. A década também é marcada pelo início da massificação dos micro computadores, processo viabilizado pela invenção e desenvolvimento comercial dos microprocessadores. Aqui parece situar-se um ponto de inflexão histórico para a materialização de um campo algorítmico, espaço de atuação e disputa de corporações digitais, profissionais de tecnologia de informação e cientistas de dados. A gênese deste campo remete ao desenvolvimento de um novo paradigma científico das ciências da organização no século XIX e ao impacto das novas matemáticas na vida social do século XX, com o desenvolvimento da ciência da computação, da cibernética e da inteligência artificial e com o advento da conexão informacional em rede e da mediação digital dos processos sociais de interação humana, em um contexto de globalização do capital simbólico. Defendo que a constituição e expansão de um



campo de produção, circulação e consumo de dados, tende a promover uma radicalização das técnicas de governo que Foucault denominou biopoder, o que se efetiva em novas possibilidades tecnológicas de controle. Por outro lado, o aumento da influência de corporações transnacionais digitais bem como a desigualdade geopolítica em termos de desenvolvimento tecnológico tendem a implicar na redução da autonomia dos Estados nacionais sobre os processos de produção e uso de informação, em especial nos países periféricos, constituindo uma nova forma de dependência digital. Tudo se passa como se a atual onda política global de ascensão da extrema direita se apresentasse como uma consequência de um processo de reificação algorítmica mediado pelo uso político de dados em larga escala. Nesta conjuntura, conhecer o que fazem os cientistas de dados e seus robôs ganha especial relevância para a pesquisa sociológica e antropológica. Neste artigo pretendemos discutir, a luz da Teoria Ator-rede de Bruno Latour, possíveis caminhos metodológicos para a pesquisa antropológica digital, visando a ampliação da compreensão do que aqui denominamos de campo algorítmico.

[Trabalho completo](#)



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: